

Paim (3º à esq.) preside audiência na CDH em que sindicalistas e pesquisadores alertaram para ameaça à arrecadação da Previdência Social



José Cruz/Agência Senado

Debatedores temem efeitos de desoneração da folha 7

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.729 – Brasília, quarta-feira, 5 de setembro de 2012



Para ministro, rigor exagerado no Código Penal lotará prisões



Pedro Franco/Agência Senado

Ministro José Eduardo Cardozo entre os senadores Pedro Taques (E) e Eunício Oliveira: discussões sobre o novo Código Penal

José Eduardo Cardozo, titular do Ministério da Justiça, afirmou à comissão que analisa a reforma do Código Penal que sistema prisional ficará ainda mais sobrecarregado se penas foram endurecidas

Em audiência pública no Senado, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que o governo precisa ser ouvido pelos senadores durante a tramitação do projeto de lei que reforma o Código Penal. Ele disse que um endurecimento generalizado das penas sobrecarregaria ainda mais as prisões do país e pediu aos senadores que sejam coerentes no momento de analisar os tempos que os condenados deverão permanecer encarcerados. O ministro concordou que o terrorismo seja considerado crime. No entanto, pediu que se inclua no projeto uma ressalva para evitar que os movimentos sociais sejam enquadrados como terroristas. Cardozo também concordou com a manutenção da maioria penal em 18 anos. **5**

Roubar a saúde ou a educação pode virar crime hediondo 4

Relator mantém veto a paralisação em 21 serviços 6

Congresso analisa MP que visa renovar parque industrial 8

Senador quer evitar retrocesso na defesa ao consumidor

Rodrigo Rollemberg, que presidirá comissão sobre Código de Defesa do Consumidor, defende a análise de três projetos oriundos da sugestão de juristas. **2**

Senado já deu posse a 190 aprovados no último concurso 2

Genivaldo Magalhães/Agência Senado



Vital do Rêgo (3º à esq.) garante que os trabalhos da CPI não serão interrompidos durante o período sem reuniões

CPI do Cachoeira só volta a se reunir após eleições

Decisão foi anunciada depois de reunião de líderes, com o objetivo de evitar falta de quórum. Nos depoimentos marcados para ontem, um convocado faltou e outro ficou calado. **3**

Senador que vai presidir a comissão especial para análise da atualização do Código de Defesa do Consumidor defende que mudanças se restrinjam a três projetos de lei, para não anular avanços

Lei do consumo não pode ter retrocesso, diz Rollemberg

O SENADOR RODRIGO Rollemberg (PSB-DF) voltou a defender a atualização do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) com base em apenas três projetos de lei gerados a partir do anteprojeto apresentado no primeiro semestre por uma comissão de juristas instituída pelo Senado.

As três propostas são o PLS 281/12, sobre compras pela internet; o PLS 283/12, que proíbe publicidade que leve o comprador ao engano ou ao superendividamento; e o PLS 282/12, que viabiliza alternativas não judiciais para os conflitos de consumo — situações que não foram contempladas na época da formulação do atual código.

Na avaliação do senador, que vai presidir a comissão especial de análise das propostas de atualização do código, a restrição das inovações a apenas esses três temas será fundamental para evitar aprovação de propostas que anulem importantes avanços da legislação em vigor.

— Nós não podemos correr o risco, sob hipótese alguma, de permitir qualquer tipo de retrocesso no Código de Defesa do Consumidor em função do que ele hoje representa no marco legal brasileiro. E,



Rollemberg quer discutir apenas temas ausentes do debate em 1990

portanto, devemos buscar atualizá-lo apenas em relação a temas que não estavam presentes quando da sua apreciação e votação, em 1990 — disse Rollemberg, durante seu discurso em Plenário.

Qualificação

O senador fez ainda um alerta para a necessidade de se ampliar a oferta de cursos técnicos para capacitar profissionalmente a população

não só do Distrito Federal e da região do Entorno, mas de todo o país.

Rollemberg afirmou que o Brasil, de um modo geral, além de ter carência de engenheiros, enfrenta problema maior com relação à falta de técnicos em vários setores da economia. Ele destacou, por isso, a importância dos institutos federais de ciência e tecnologia que estão sendo implantados no país desde o início do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na formação de mão de obra qualificada.

— Nenhum país do mundo consegue sustentar um crescimento econômico, como nós desejamos sustentar, entre 5% e 6% ao ano se não tiver mão de obra qualificada. Esse é um dos grandes gargalos para o desenvolvimento nacional junto com outros como o preço da energia, a logística e a infraestrutura — afirmou.

Calendário

A Presidência do Senado anunciou ontem o cronograma de atividades da Comissão Temporária Modernização do Código de Defesa do Consumidor:

de 31 AGO a 28 SET	Apresentação de emendas
de 1º OUT a 15 OUT	Relatórios parciais
de 16 OUT a 22 OUT	Relatório do relator-geral
de 23 OUT a 29 OUT	Parecer final da comissão



Diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, discursando na solenidade de posse dos novos servidores de nível superior

Mais 20 analistas legislativos tomam posse

O Senado empossou ontem mais 20 analistas legislativos. Os novos servidores atuarão nas áreas de administração, informática, arquivologia, arquitetura, engenharia, contabilidade, comunicação social, redação e revisão de textos, medicina, enfermagem e assistência social.

Já foram preenchidas 190 das 246 vagas estabelecidas no edital publicado em 2011. As provas foram elaboradas e aplicadas pela Fundação

Getulio Vargas (FGV) no primeiro semestre deste ano. A única área com candidatos aprovados ainda não nomeados é a Polícia Legislativa, para a qual o resultado foi homologado na última sexta-feira.

Realizada de forma coletiva, em evento solene, a posse teve a presença da diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, e de diretores ou representantes das unidades onde os profissionais serão lotados.

Como parte do Programa de Integração, os novos

servidores participam de uma visita às instalações e um curso sobre as diversas áreas e atividades do Senado.

Doris Peixoto destacou os benefícios da colaboração mútua entre novos e antigos funcionários.

— É claro que os senadores serão sempre os atores principais neste cenário. Mas os servidores públicos que trabalham no Senado também são responsáveis pelo sucesso do desempenho da nossa instituição — disse.



Ano Valpeir/Relações Públicas

Parlamentares cabo-verdianos conheceram o funcionamento do Senado

Senado recebe visita de deputados de Cabo Verde

Uma delegação de cinco deputados de Cabo Verde concluiu ontem visita técnica de dois dias ao Senado. Eles tiveram a oportunidade de conhecer o processo legislativo e o sistema de comunicação da Casa. Os parlamentares cabo-verdianos buscaram informações para auxiliá-los na tarefa de alterar o regimento interno da Câmara dos Deputados de seu país. Além do Brasil, já estiveram em Portugal e nas Ilhas Canárias.

Participam da comitiva, chefiada pelo deputado Lívio Fernandes Lopes, do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), os deputados Euclides Centeio e Antonio Fernandes, também do PAICV, e as deputadas Jovana Gomes Rosa e Filomena Gonçalves, do Partido do Movimento para a Democracia (MpD). A comissão foi acompanhada pelo técnico parlamentar Nuno Furtado e pelo conselheiro da embaixada de Cabo Verde em Brasília, Luis Olegário Sanches.

Eles foram recebidos pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, senador Paulo Paim (PT-RS). Os deputados africanos também se encontraram com a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, com o

diretor da Secretaria de Comissões, Flavio Heringer, e com os consultores-gerais legislativo e de orçamento, Paulo Mohn e Orlando de Sá.

Ontem, no encontro com o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, os deputados receberam um panorama sobre a comunicação do Senado, além de conhecerem os programas Jovem Senador e Senado Verde, o serviço de pesquisas de opinião, o Alô Senado, a central de relacionamento com os cidadãos e as ações de marketing institucional. Eles também visitaram os veículos de comunicação: agência, jornal, rádio e TV Senado.

Os representantes do país africano seriam recebidos ontem pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, deputado José Carlos Araújo (PSD-BA).

A República de Cabo Verde adota o sistema parlamentarista unicameral. A Câmara é composta por 72 deputados. Localizado em um arquipélago na África, o país tem uma população estimada em 567 mil habitantes, que falam o português como língua oficial e o crioulo cabo-verdiano como língua nacional.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Pronunciamentos

14h A sessão de hoje é não deliberativa, destinada apenas a pronunciamentos.

COMISSÃO MISTA/MP: Energia elétrica

15h Instalação da Comissão Mista destinada a analisar a MP 577/12, que institui regras para os casos de extinção de concessões do serviço público de energia elétrica por falência ou caducidade e para a intervenção estatal nas empresas. Devem ser eleitos, na reunião, o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Presidente da comissão, Vital do Rêgo garante que o trabalho vai continuar com um balanço das atividades antecedendo possível ampliação do foco das investigações

CPI do Cachoeira suspende reuniões até outubro devido às eleições

A CPI DO Cachoeira não deve fazer reuniões administrativas nem ouvir depoimentos até o primeiro turno das eleições municipais. A decisão foi comunicada ontem pelo presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), após reunião com líderes partidários. Durante esse período sem reuniões, o relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), deve preparar um balanço das atividades da comissão.

— Nada do que apuramos até agora será perdido, pelo contrário. Nós vamos manter uma agenda de análise da documentação e uma agenda de trabalho mesmo sem as oitivas — afirmou Cunha.

Segundo o relator, o balanço das atividades, especialmente no que diz respeito às atividades econômicas da organização de Carlinhos Cachoeira, deve ser apresentado no fim de setembro ou início de outubro.

O encontro com os líderes havia sido marcado para tentar um acordo para fazer reunião administrativa hoje. Segundo Vital, há dificuldades para marcar as reuniões no período eleitoral porque os dias de esforço concentrado da Câmara e do Senado não coincidem.

Além da dificuldade de quórum para as reuniões, o relator e o presidente da CPI apontam para a existência de um “código de silêncio” entre os depoentes, grande parte



Entre Paulo Teixeira e Odair Cunha, Vital afirma que as investigações podem ser ampliadas para além do Centro-Oeste

deles integrantes da organização investigada, o que tem gerado reuniões improdutivas. Também há o temor de que os depoimentos sejam usados para influenciar as eleições.

— A gente tem maior tranquilidade para tomar algumas decisões fora do calor das eleições. Tem eleição em todo o país, e esses áudios podem ser utilizados politicamente — explicou o vice-presidente da comissão, deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

O pedido para que os depoimentos fossem adiados, segundo Teixeira, partiu dos próprios parlamentares. A decisão foi tomada em conjunto pelos líderes, com a discordância do deputado Rubens Bueno (PR), líder do PPS. Ao sair da reunião, ele

chegou a dizer que haviam “enterrado” a CPI.

Questionado sobre a possibilidade de prejuízo aos trabalhos da comissão, Vital garantiu que os trabalhos internos continuarão durante o período eleitoral e que a CPI não acabará sem resultados.

— A CPI está mais viva do que nunca — afirmou.

Quebras de sigilo

Uma das principais decisões que precisam ser tomadas após as eleições é a possível ampliação do foco das investigações. Parlamentares, especialmente da oposição, têm defendido a quebra de sigilo de mais empresas ligadas à Delta. De acordo com o presidente, a decisão só poderá ser tomada após a próxima

reunião administrativa, que deve ser marcada para o dia 10 de outubro.

— Eu acho que a gente pode ampliar o nosso foco, ampliar a ação da CPI fora do fato determinado, que é o Centro-Oeste, de acordo com o que vai determinar a sessão administrativa — disse Vital do Rêgo.

Outra decisão que caberá ao colegiado é a prorrogação do período de funcionamento da CPI. O encerramento dos trabalhos está previsto para 4 de novembro. Com a suspensão das reuniões, haveria pouco tempo para concluir as investigações no prazo previsto inicialmente. A possível prorrogação também será decidida após a próxima reunião administrativa.

Ausência e silêncio nos depoimentos

A reunião da CPI ontem durou pouco menos de uma hora. O primeiro convocado, deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), enviou um ofício informando que não poderia depor “em virtude de importantes e inadiáveis compromissos pessoais”.

Leréia é acusado de ter recebido dinheiro da organização de Cachoeira e de ter alertado o grupo sobre uma operação policial. Segundo a Polícia Federal, Leréia e Cachoeira conversaram por telefone pelo menos 72 vezes entre março e julho de 2011.

André Teixeira Jorge, o segundo convocado, alegou o direito de ficar calado e foi rapidamente dispensado. André foi motorista de Cláudio Abreu, ex-diretor regional da Delta. Para a polícia, ele seria um “laranja”, com evolução patrimonial e movimentações financeiras incompatíveis com a renda declarada. O deputado Rubens Bueno lamentou não poder fazer perguntas.

— Não há consideração com o Parlamento e com nosso direito de questionar. Fico entristecido com essa postura da CPI — disse.

Notícia-crime

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) informou que vai apresentar uma notícia-crime ao Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot.

Para Onyx, no depoimento de Pagot à CPI em 28 de agosto ficou claro que o ex-diretor do Dnit praticou crimes de concussão, corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa, tráfico de influência e improbidade administrativa. Na CPI, o depoente admitiu ter procurado empresas contratadas pelo Dnit para que fizessem doações à campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República.

— Acredito que esta minha conclusão deve fazer parte do relatório final desta CPI a ser elaborado pelo relator, Odair Cunha — afirmou.



Onyx diz que Pagot, ao depor, admitiu ter praticado crimes

Alvaro diz que Delta pagou R\$ 421 milhões a “fantasmas”

Para desviar recursos públicos provenientes de contratos com o governo, a Delta teria repassado pelo menos R\$ 421 milhões para empresas de fachada, segundo Alvaro Dias (PSDB-PR). O parlamentar voltou a defender a quebra dos sigilos bancários de mais 12 empresas.

— Esses “fantasmas” não produzem nada nem prestam serviços, mas receberam valores muito significativos — disse o senador ontem na CPI.

Alvaro destacou que a comissão já quebrou o sigilo de seis empresas, todas da região Centro-Oeste, onde estavam concentradas as atividades ilícitas de Carlinhos Cachoeira.

Assim como Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Alvaro defende que a CPI investigue as ações da Delta em todo o país, alegando que depoimentos como os que vêm sendo feitos na CPI nada acrescentam. Por



Senador defende quebras de sigilo de mais 12 empresas em todo o país

isso, segundo ele, é necessário investigar quebrando sigilos, o que permite o acúmulo de provas documentais para análise da comissão.

Sobre a possibilidade de a CPI não aprovar os requerimentos de quebra dos sigilos bancários das 12 empresas, Alvaro respondeu que “os fatos são contundentes e não há como negar a aprovação dessas solicitações”.

— Rejeitar esses requerimentos seria afirmar que não desejamos investigar — afirmou o senador.

Collor cobra depoimento de jornalista da revista *Veja*

Fernando Collor (PTB-AL) voltou a defender o depoimento do chefe da revista *Veja* em Brasília, Policarpo Júnior, à CPI do Cachoeira. O senador também pediu novamente a convocação do presidente do Grupo Abril (que publica a *Veja*), Roberto Civita.

Collor apresentou um requerimento pedindo a quebra do sigilo telefônico de Policarpo, de outros jornalistas e de procuradores envolvidos nas investigações do caso Cachoeira.

Com base em documentos da CPI, o senador reproduziu alguns diálogos entre Carlos Cachoeira e Policarpo, que demonstrariam intimidade e interferência do empresário na atividade jornalística da revista.

O senador criticou a ética e os procedimentos jornalísticos da *Veja*, que “se considera veículo de imprensa, mas que se comporta como autêntica organização criminosa”.



Fernando Collor: revista se parece com “escritório de arapongagem”

— Que credibilidade tem uma revista que mais se parece com um escritório de arapongagem?

Collor também destacou ofício recebido pela CPI que mostra que a mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça, tentou intimidar o juiz Alderico Rocha Santos. Ela teria dito que a *Veja* poderia publicar um dossiê com denúncias contra o juiz.

— A revista *Veja* é um veículo de Carlos Cachoeira. Isso não configura uma ação criminosa?

Desvio de recursos da educação e da saúde pode se tornar crime hediondo

Projeto de Lobão Filho tem parecer favorável de Cristovam Buarque e deve constar da pauta da Comissão de Educação na terça-feira

NO MOMENTO EM que o país acompanha o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), os senadores se preparam para votar uma proposta destinada a punir com rigor desvios de recursos públicos. Trata-se de projeto de lei de Lobão Filho (PMDB-MA) que considera crime hediondo o que envolve desvio de verbas destinadas a programas de educação e saúde.

O projeto (PLS 676/11) deverá constar da pauta da próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), prevista para terça-feira. Em seguida, será enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa — que não precisa passar pelo Plenário.

O texto altera a Lei 8.072/90, que define os crimes considerados hediondos. Caso seja aprovado, passarão a ser considerados hediondos crimes de corrupção já previstos na Lei de Licitações (Lei 8.666/93), “quando a prática estiver relacionada a licitações, contratos, programas e ações nas áreas da saúde pública ou educação pública”. Os crimes hediondos



Ambulância em hospital de Brasília: proposta define como hediondos crimes de corrupção previstos na Lei de Licitações

são insuscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança.

Na exposição de motivos, o senador observa que, recentemente, o Departamento de Patrimônio e Probidade da Advocacia-Geral da União (AGU) divulgou que cerca de 70% dos recursos públicos desviados no país são das áreas de educação e saúde. A Controladoria-Geral da União (CGU), segundo o senador, informou ainda que, entre 2007 e 2010, foram desviados, por prefeitos ou ex-prefeitos, R\$ 662,2 milhões nesses dois

setores. As verbas, comentou o senador, seriam destinadas a reforma de escolas e hospitais, compra de merenda escolar e remédios e procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto conta com voto favorável do relator, Cristovam Buarque (PDT-DF). No parecer, o senador diz que, além dos mecanismos de controle já existentes e da fiscalização para combater os desvios de recursos públicos, “cabe tornar a legislação ainda mais rígida, na tentativa de coibir essas práticas nefastas”.



Lobão informa que R\$ 662 milhões foram desviados entre 2007 e 2010

Paim destaca que educação inclusiva é um direito de todos, não um privilégio

A educação inclusiva contempla com esse direito básico todas as pessoas, sem qualquer distinção, afirmou Paulo Paim (PT-RS).

— Estamos trabalhando para que isso seja uma realidade no Brasil. Os dados mostram a urgência da necessidade de adoção de políticas públicas que estimulem principalmente a educação, a qualificação e o trabalho para as pessoas com deficiência — disse o senador.

Segundo Paim, 24% dos brasileiros têm algum tipo de deficiência mental, motora, visual ou auditiva. Ele destacou que, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 95% das crianças deficientes entre

6 e 14 anos estão na escola. Trata-se de um dado positivo, avaliou, “pois a porcentagem entre as crianças sem deficiências é de 97%”. Por outro lado, mais de 60% dos brasileiros de 15 anos ou mais com alguma deficiência não têm instrução ou têm apenas o fundamental incompleto. Entre a população sem deficiência, esse número é de 38%.

Segundo o senador, “o ideal é que no futuro não haja escola inclusiva, já que todas serão capazes de receber todos os alunos, sem exclusão”.

Paim também defendeu a possibilidade de pagamento de financiamentos habitacionais com os valores a receber na forma de precatórios.

Segundo Vital, banco detém monopólio sobre hospitais privados do Distrito Federal

Vital do Rêgo (PMDB-PB) criticou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), do Ministério da Fazenda, que, em sua avaliação, não têm tomado providências para impedir o risco de monopólio nos hospitais privados do Distrito Federal.

Segundo o senador, por meio de uma série de aquisições, o banco BTG Pactual passou a controlar, direta ou indiretamente, 90% dos leitos.

— Esse processo provavelmente está ocorrendo em outras cidades e estados, às escondidas, sem o conhecimento do público e envolvendo valores que desconhecemos.

Vital disse que é importante questionar o monopólio numa área como a saúde, especialmente quando os bancos têm “no lucro, e apenas no lucro”, a atividade primordial. Ele estranhou a falta de ação do Cade e da Seae, que foram informados da situação pelo Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal.

— Estão cientes, mas por motivos insondáveis não impediram o surgimento desse verdadeiro monopólio.

Vital apresentou uma proposta de representação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao Cade e requereu audiência pública, também na CAE, para debater o assunto.

Tomás Correia critica Assembleia de Rondônia

Tomás Correia (PMDB-RO) criticou ontem a Assembleia Legislativa de Rondônia por ter aprovado proposta de emenda à Constituição (PEC) estadual que tira do governador a prerrogativa de escolher o procurador-geral do estado. A partir de agora, a escolha será feita por um colégio de procuradores.

O senador leu, em Plenário, ofício que encaminhou ao procurador-geral de Justiça de Rondônia, Héverton Alves de Aguiar, solicitando providências em relação à emenda.

— Estranhou-nos a aprovação da referida emenda constitucional, uma vez que a Constituição federal, enquanto lei maior do país, é clara ao determinar as hipóteses em que cabe ao chefe do Poder Executivo dos estados e do Distrito Federal nomear autoridades.

Tomás disse que solicitou à Consultoria Legislativa do Senado uma nota técnica sobre o texto da emenda. Segundo ele, o órgão constatou que a PEC estadual altera o sentido da Constituição federal.

Em discurso, Tomás lamentou ainda agressão sofrida pelo jornalista Rubens Coutinho, responsável pelo site *Tudorondônia*. Segundo o senador, Coutinho foi agredido na sexta-feira pelo médico Sérgio Melo, ex-diretor de hospital em Porto Velho.



Segundo Tomás, decisão tomada em Rondônia fere a Constituição

Agência Senado corrige informação sobre fala de deputado

A Agência Senado errou ao noticiar, segunda-feira, na matéria “Em homenagem às mantenedoras de ensino superior, Cristovam pede prioridade à educação básica”, uma fala do deputado Izalci (PR-DF).

Diferentemente do que foi

publicado, o deputado federal — em seu pronunciamento sobre a posição do governo, que seria, segundo ele, contrária à destinação de 10% do produto interno bruto (PIB) do país à educação — não citou o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, como um

dos participantes de reunião realizada para discutir o Plano Nacional de Educação.

De acordo com a assessoria do deputado, embora não tenha mencionado nomes, Izalci referia-se ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, em sua fala.

Abaixo transcrição da declaração de Izalci:

“Infelizmente, vi o ministro dizendo que o plano nacional vai quebrar o país. Quando nos reunimos com ele, no ministério, pudemos perceber claramente que a educação não faz parte das

prioridades deste governo. De fato, só nos discursos. Quando se discutem recursos no Congresso Nacional, no Ministério da Fazenda, que é quem comanda, e no do Planejamento, percebemos claramente que a educação não é prioridade”.

Ministro da Justiça afirmou que deseja dialogar com comissão do Senado; segundo ele, mudanças na lei, se não forem feitas corretamente, poderão sobrecarregar prisões do país

Governo quer ser ouvido no novo Código Penal

NA AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre a reforma do Código Penal no Senado, ontem, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que o projeto de lei em questão (PLS 236/12) traz muitas variantes em relação à progressão de regime. Em resposta ao relator da proposta, Pedro Taques (PDT-MT), o ministro considerou que o projeto impõe “um rigor muito grande para a atual realidade prisional brasileira”.

Para Cardozo, um rigor excessivo pode agravar a falta de vagas nos presídios ou, na contramão, ser complacente em demasia, o que também não interessa.

Ele disse que o Ministério da Justiça tem muito a dialogar com a comissão especial do Senado que analisa o projeto do novo Código Penal.

O ministro afirmou que as delegacias brasileiras abrigam 60 mil presos provisórios. Em resposta a Eduardo Suplicy (PT-SP), Cardozo informou que até 2014 o governo federal pretende criar 40 mil novas vagas, que, somadas às 20 mil vagas contratadas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, devem acabar com a superlotação das delegacias, mas não dos presídios.

— Faz uma diferença enorme, mas não resolve o



Senadores Pedro Taques e Eunício Oliveira e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, participam de audiência sobre o projeto de reforma do Código Penal

problema — lamentou.

Maioridade penal

Respondendo a outros questionamentos do relator, o ministro se mostrou contrário à redução da maioridade penal, porque, para ele, fere uma cláusula pétrea da Constituição federal.

Porém, ele reconheceu que o sistema atual é “absolutamente ineficiente” na reinserção de

adolescentes infratores.

O ministro ainda se mostrou favorável à responsabilização criminal da pessoa jurídica, sem prejuízo da responsabilidade penal das pessoas físicas que estão à frente das empresas condenadas.

José Eduardo Cardozo também se posicionou a favor da tipificação do crime de terrorismo. O ministro lembrou que o Brasil não tem “tradição

histórica” de atos ou grupos terroristas, mas que o país está “cada vez mais aberto ao mundo”.

Para ele, a tipificação do crime deve ser cercada de cautelas, “para impedir que, no desenho desse delito, se incluam os movimentos sociais”. O ministro disse que esses movimentos podem ter atividades “que podem até transbordar para a ilegalidade”, mas que

não podem ser consideradas terrorismo.

O ministro da Justiça assinalou que alguns temas devem ser decididos fora do Código Penal. Respondendo indagação de Lídice da Mata (PSB-BA), o ministro afirmou que leis que não são exclusivamente penais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, devem ser tratadas fora do código.

Ministro alerta para necessidade de coerência na definição de penas

A dosimetria das penas, na opinião do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, será uma das tarefas mais difíceis na definição do novo Código Penal. Na audiência de ontem, o ministro disse haver “grande desequilíbrio” nas penas mínimas e máximas definidas pelo anteprojeto.

O ministro afirmou que as discussões sobre as penas devem gerar grandes polêmicas, uma vez que entre juristas sempre há divergências. Ele defendeu que as penas sejam discutidas “dentro de uma valoração comum, para que haja realmente um sistema penal, e não avaliações avulsas compiladas em um código”.

Discrepâncias

Magno Malta (PR-ES) expôs o que considera discrepâncias do código em vigor. A pena prevista para o crime de alteração de um produto cosmético, por exemplo, é prisão de 2 a 6 anos, enquanto “constranger alguém com intuito de obter prestação de serviços de natureza sexual” tem pena máxima prevista de 2 anos.

— Dar uma paulada num cachorro, são 4 anos de cadeia,

mas lesão corporal, só 6 meses. Então, se um cachorro te morder, você tem de rebater no dono do cachorro — questionou.

O parlamentar afirmou ainda que a pena prevista para a destruição de um ninho de passarinho é de 2 a 4 anos de prisão, ou seja, é maior do que a determinada para quem cercear a liberdade de criança ou adolescente: de 6 meses a 2 anos.

O senador também citou o artigo 389, que prevê pena de 6 meses a 6 anos de prisão para quem “importar, remeter, adquirir, vender, expor ovos, penas, peles e couros de espécies da fauna silvestre”. Ao mesmo tempo, ressaltou, a proposta prevê prisão de 6 meses a 3 anos para quem “abandonar idoso ou não prover suas necessidades”.

— Chega a ser hilário — afirmou.

Malta ainda comparou a pena prevista para quem não socorrer um animal, de 2 a 4 anos de prisão, com a pena de 6 meses para quem “deixar de prestar assistência a criança abandonada ou pessoa inválida”.

— Se o código não versar em favor do ser humano, estamos aqui fazendo o quê? — perguntou.

Eunício destaca interesse que o debate tem provocado na sociedade

A atenção com que a sociedade brasileira acompanha a revisão do Código Penal foi ressaltada pelo presidente da comissão especial interna que analisa o PLS 236/12, Eunício Oliveira (PMDB-CE). O senador citou dados da Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado, segundo os quais, apenas em agosto o serviço Alô Senado recebeu 6.804 manifestações sobre os diversos assuntos em discussão.

O relator da comissão, Pedro Taques, destacou a importância de se ter ouvido ontem o ministro da Justiça, já que o novo Código Penal “não pode ser apenas de senadores ou juristas, mas de toda a sociedade brasileira”. O senador afirmou que o projeto agora em análise tem defeitos, que devem ser debatidos e, se possível, consertados e aprimorados.

— Na democracia, as críticas são bem-vindas — afirmou o senador.

Taques criticou, porém, atitude do jurista Miguel Reale Júnior, que concedeu entrevistas à imprensa afirmando que texto do anteprojeto de reforma do Código

Penal, elaborado por uma comissão de juristas, é uma “verdadeira obscenidade”, e possui erros “de tamanha gravidade, de tamanha profundidade, que não têm como consertar”. Reale Júnior disse ainda que o anteprojeto foi “feito com a presença de jornalistas e só para jornalistas”. Também segundo ele, “faltou experiência à comissão de juristas chefiada pelo ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, que não tem nenhum conhecimento técnico-científico”.

De acordo com Taques, o jurista manifestou “empáfia e falta de respeito” para com os colegas que elaboraram o anteprojeto”.

— A comissão especial que redigiu a Parte Geral do Código Penal, da qual o professor doutor Miguel Reale fazia parte, de 1980 a 1984, na época da ditadura, com certeza fez o código a portas fechadas. Este, estamos debatendo a portas abertas. Possui erros, sim, e cabe aos deputados e senadores, que têm a legitimidade do voto, debaterem e ouvirem a sociedade. Não vamos deixar de debater — rebateu o senador.

Substitutivo mantém em 21 os serviços que não podem parar durante greve

Projeto seria votado por só uma comissão do Senado, mas agora passará por ao menos duas; texto aborda remuneração dos dias parados

NO SUBSTITUTIVO AO projeto de lei de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que regulamenta a greve no serviço público (PLS 710/11), o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Pedro Taques (PDT-MT), fez poucas mudanças na proposta original. O texto fixa direitos e deveres de servidores federais, estaduais e municipais em greve.

Sob alegação de vício de inconstitucionalidade, o relator suprimiu parte significativa do capítulo que permitia a negociação coletiva e o uso de métodos alternativos de solução de conflitos, como a via arbitral, entre representantes do poder público e dos sindicatos.

Taques justificou citando o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que “a administração pública é vinculada pelo princípio da legalidade, e a negociação coletiva demanda a existência de partes detentoras de ampla autonomia negocial, o que não se realiza no plano da relação estatutária”.

De qualquer modo, o relator preservou a abertura de um canal de negociação entre o governo e os servidores públicos. Mas advertiu que eventuais acordos entre as partes não podem representar obrigações para o poder público — o



Pedro Taques, autor do substitutivo: mudança no capítulo da negociação



Aloysio, que apresentou texto original: regras para greve no setor público

cumprimento das reivindicações depende da aprovação de lei de iniciativa do Executivo, de disponibilidade orçamentária e de enquadramento nas regras de responsabilidade fiscal.

Remuneração

O relator manteve a relação dos serviços essenciais — 21 ao todo — que afetam a vida, a saúde e a segurança dos cidadãos e, por isso, devem ser preservados em caso de greve, além dos percentuais mínimos de servidores que devem permanecer em atividade.

O projeto de Aloysio determina a manutenção de, no

mínimo, 50% dos funcionários trabalhando. Esse percentual sobe para 60% e 80%, respectivamente, nos serviços essenciais (saúde, abastecimento de água e energia, transporte coletivo) e na segurança pública.

A proposta estipula como efeitos imediatos da greve a proibição da contagem dos dias não trabalhados como tempo de serviço e a suspensão do pagamento da remuneração correspondente aos dias parados. Admite, porém, a revisão das medidas se houver compensação do período de paralisação. Mesmo assim, a remuneração dos grevistas

é limitada a até 30% do que receberiam se estivessem trabalhando.

Tramitação

Se antes seria discutido e votado apenas pela CCJ, o projeto de Aloysio Nunes vai passar agora pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e possivelmente também pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A mudança começou quinta-feira passada, quando o Plenário do Senado aprovou requerimento de Paulo Paim (PT-RS) pelo envio do projeto para a CDH.

Ainda há outro requerimento de Paim para que o texto passe pela CAS. O pedido deverá ser votado em Plenário no próximo esforço concentrado do Senado, na semana que vem.

Em meio à expansão da greve no serviço público federal, o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), chegou a anunciar na última segunda-feira a inclusão do projeto de Aloysio Nunes na pauta da comissão no esforço concentrado. Entretanto, a aprovação do primeiro requerimento de Paim alterou a tramitação do projeto, que deveria ser votado em decisão terminativa (sem necessidade de ser votado no Plenário) pela CCJ.

Lídice registra entrega de cisternas no Nordeste

Iniciativas do governo para minimizar os efeitos da seca foram elogiadas por Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora destacou a entrega da cisterna de número 500 mil pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em Madalena (CE).

Lídice ressaltou que, só no semiárido baiano, o Programa Um Milhão de Cisternas já viabilizou a construção de 113.460 cisternas em 265 municípios. Na mesma região, explicou, teve início o projeto-piloto de construção de cisternas nas escolas da zona rural.



Na Bahia, programa construiu 113 mil cisternas, diz senadora

Cidinho cobra rapidez na duplicação de rodovias em MT

Cidinho Santos (PR-MT) pediu pressa ao governo federal na duplicação de trechos das rodovias BR-163 e BR-364, que cortam Mato Grosso. O senador disse que essas estradas, fundamentais para o escoamento da produção agrícola do estado, além de estarem em péssimas condições, têm tráfego intenso de caminhões e carros.

Comemorando o anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff de privatização das rodovias, Cidinho pediu que as obras não se prolonguem.

— Mato Grosso está ansioso para que a duplicação seja realmente uma realidade.



Cidinho: rodovia duplicada facilita escoamento de produção agrícola

Comissão já aprovou regulamentação sobre o tema

Não é a primeira vez que a regulamentação do direito de greve está sendo debatida em comissões do Senado. Em agosto do ano passado, a Comissão de Assuntos Sociais já aprovou substitutivo a dois projetos do senador Paulo Paim que tratam do direito de paralisação e de serviços e atividades essenciais a serem preservados pelo movimento.

As propostas tramitam em conjunto e aguardam a indicação de relator na CCJ, onde serão votados em decisão terminativa. Nos textos

originais, o PLS 83/07 tratava de servidores públicos, e o PLS 84/07, de trabalhadores da iniciativa privada. O substitutivo apresentado por Ana Amélia (PP-RS) unificou o conteúdo das duas propostas, regulando, apenas, o exercício do direito de greve pelo servidor público.

A relatora também ampliou, em seu relatório, os serviços e as atividades considerados essenciais à população e que, por esse motivo, devem ser mantidos em funcionamento. Além do serviço de urgência médica — o único

mencionado nos dois projetos —, a senadora incluiu nessa categoria a distribuição de medicamentos de uso contínuo pelo Sistema Único de Saúde (SUS); os procedimentos de necropsia, liberação de cadáver e exame de corpo de delito; as atividades policiais relacionadas à segurança pública, penitenciárias e perícias; e os serviços de controle de tráfego aéreo.

Outras alterações feitas por Ana Amélia foram a supressão dos dispositivos que impediam a interferência das Forças

Armadas e do Poder Judiciário nas greves no serviço público.

Por outro lado, o substitutivo manteve a determinação dos projetos de Paim de proibir a administração pública de demitir, substituir, transferir ou adotar qualquer outra medida contra o servidor grevista durante a paralisação ou motivada pelo movimento.

Conservou ainda a previsão de nulidade de todo ato que signifique repressão, coação, prejuízo ou discriminação a servidor pela adesão ou não à greve.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Participantes de debate mostraram-se preocupados com a arrecadação previdenciária a partir da medida do governo que visa incentivar a indústria reduzindo custo da folha de pessoal

Desoneração da folha pode onerar Previdência

A PREOCUPAÇÃO COM o impacto da desoneração da folha de pagamento sobre o orçamento da Previdência Social foi comum aos convidados de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Especialistas e sindicalistas avaliaram que a medida pode comprometer a arrecadação previdenciária sem oferecer qualquer outro benefício, como a geração de novos empregos.

O debate, proposto pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), teve como objetivo avaliar a decisão do governo de substituir o mecanismo de contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento por uma contribuição sobre a receita bruta das empresas.

Ao anunciar novas medidas do Brasil Maior, em maio, o governo alterou a forma de contribuição patronal para 14 segmentos industriais afetados pela concorrência externa (têxtil, calçados, autopeças, *call centers*, *chips*, material elétrico, entre outros). Até 2014, as empresas desses segmentos vão recolher com base em alíquotas de 1,5% a 2,5% sobre a

receita bruta, e não sobre o que pagam aos empregados. A medida deve resultar numa desoneração total anual estimada em R\$ 7,2 bilhões.

O governo já estuda uma extensão da medida a toda a indústria, dentro da visão de reduzir a carga tributária para fortalecer a competitividade e a geração

de empregos, mas os resultados da política foram questionados por pesquisadores e sindicalistas ouvidos na CDH.



José Cruz/Agência Senado

Scherer (Dieese), Canindé (UGT), senador Paim, Ribeiro (Ipea) e França (Anfip) na CDH: debate apontou outras opções para incentivar produção

Pesquisador do Ipea diz que medida vai elevar déficit

José Aparecido Carlos Ribeiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), criticou o fato de a desoneração da folha ser apresentada como panacea para diferentes problemas e afirmou que a medida elevará o déficit da Previdência Social.

Estimativas apresentadas por ele mostram que a redução da contribuição patronal em 10%, se ocorresse sobre todos os setores, geraria perda de 22% na arrecadação previdenciária.

— Uma desoneração ampla, que levasse a contribuição patronal a zero, geraria uma perda de

arrecadação do INSS de quase 50%, ou cerca de R\$ 80 bilhões, ampliando a necessidade de financiamento da Previdência em mais de 200%, ou R\$ 120 bilhões — exemplificou.

Para o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves, esse impacto fortalecerá argumentos contrários a reajustes de aposentadorias, penalizando ainda mais os que dependem do sistema previdenciário.

A preocupação é compartilhada por Antonio Cortizo e Francisco

Canindé Pegado, da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Por sua vez, o representante do Ministério da Previdência Social, Eduardo da Silva Pereira, disse que, para reduzir a perda de arrecadação, está previsto ressarcimento pelo Tesouro que cobriria a renúncia fiscal.

No entanto, para Joílson Cardoso, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a sociedade sairá perdendo do mesmo jeito.

— O dinheiro terá de sair de outro lugar, de outra política pública, como a de educação ou segurança — criticou.

Analistas também têm incertezas sobre geração de empregos

Também foram apresentadas dúvidas sobre o potencial de geração de emprego da medida. Francisco Canindé, da UGT, disse que o governo deveria exigir contrapartidas, como criação de postos de trabalho.

Paulo Paim lembrou que medidas de incentivo ao setor automobilístico não evitaram a demissão de trabalhadores. Ele acrescentou que tampouco haverá efeitos positivos para a formalização do emprego.

O parlamentar destacou informação do Ministério da Previdência de que a medida não alcança o trabalho informal, que se concentra nas pequenas e micros empresas, já isentas de recolhimento patronal para a Previdência.

Mudança não melhorará competitividade da indústria brasileira, preveem debatedores

Não se deve esperar o fortalecimento da competitividade da indústria nacional em decorrência da desoneração da folha salarial das empresas, alertaram sindicalistas e pesquisadores na audiência promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Álvaro Sólton de França, disse que os salários pagos no Brasil são mais baixos do que nos países desenvolvidos. Isso, segundo ele, faz a folha de pagamento das empresas ter pouco peso sobre o preço dos produtos, na comparação com os países industrializados.

O aumento da competitividade foi um dos objetivos das medidas de desoneração da folha divulgadas em maio pelo governo, como parte do Plano Brasil Maior. A concessão dos

benefícios, que motivou o debate, atendeu 15 segmentos industriais submetidos a forte concorrência externa no mercado nacional.

Estão incluídas até agora as indústrias de confecção, couro e calçado e as áreas de TI e *call center*, entre outras. Esses setores foram autorizados a trocar a contribuição patronal sobre a folha (alíquota de 20%) pela contribuição de 1,5% ou 2,5% sobre o faturamento bruto.

Clóvis Roberto Scherer, supervisor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), manifestou ponto de vista semelhante ao do presidente da Anfip. Para ele, não é a folha de pagamento, mas, sim, o câmbio, os juros e deficiências de infraestrutura que comprometem a competitividade das empresas brasileiras.

Para sindicato, solução para aquecer economia é eliminar distorções do sistema tributário

Na avaliação dos convidados da audiência pública de ontem, para aquecer a economia seria mais efetivo eliminar as distorções do sistema tributário.

Conforme exemplo citado por Francisco Canindé, secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores, donos de lanchas e helicópteros não são tributados como os proprietários de carros, obrigados a pagar o IPVA.

Ele também afirmou que estão isentos de Imposto de Renda os lucros e dividendos recebidos por sócios acionistas de empresas, enquanto o assalariado tem seu imposto retido na fonte e os consumidores são tributados no momento da compra de qualquer produto.

— O governo e o Congresso Nacional têm condições de promover mudanças na base tributária para termos um regime com base em progressividade, e não no consumo — disse.

Os convidados assinalaram que desonerar a folha de pagamentos também não resultaria na geração de mais empregos. Segundo o pesquisador José Aparecido Carlos Ribeiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a medida permitirá, em vez disso, a restauração das margens de lucro do setor industrial.

Álvaro Sólton, da Anfip, observou que a ampliação das margens de rentabilidade vai inclusive permitir que as empresas transnacionais ampliem remessas de lucro para o exterior, como estão fazendo as montadoras de automóveis, para “tirar as matrizes do vermelho”.

O debate foi proposto pelo presidente da CDH, Paulo Paim, que coordenou os trabalhos. Eduardo Suplicy (PT-SP) também participou da audiência pública.

Reprodução/Anistiediluzion



Vagões e locomotivas fazem parte do conjunto de veículos alcançados pela MP 578/12, que foi lida ontem em Plenário

Começa a tramitar MP para renovar parque industrial

Medida provisória estimula a compra de veículos para transporte de mercadorias e faz parte da estratégia do governo para enfrentar a crise

FOI LIDA NO Plenário, ontem, a Medida Provisória (MP) 578/12, encaminhada pelo Executivo ao Congresso com medidas de estímulo à economia para enfrentar a crise mundial. Também foram designados os senadores e deputados federais que irão compor a comissão mista destinada a analisar a matéria.

Na exposição de motivos, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, argumenta que, ao permitir que se apure a depreciação de maquinário, a medida vai reduzir o Imposto de Renda pago pelas empresas

compradoras de equipamentos. O objetivo é “estimular o crescimento econômico mediante a expansão e a renovação do parque industrial”.

A medida permite a apuração e a dedução, a partir de 1º de janeiro de 2013, de veículos para transporte de mercadorias como caminhões, locomotivas, vagões, locotratores e tênderes, desde que novos, adquiridos entre 1º de setembro e 31 de dezembro de 2012.

Locotrator é um veículo rodoferroviário para manobra de vagões e carros de passageiros, composto por caminhão e sistema de guiamento. Tênder é o veículo colocado imediatamente após uma locomotiva a vapor e que transporta a água e o combustível necessários à alimentação da máquina.

Segundo Mantega, a renúncia fiscal do governo está estimada em cerca de R\$ 586 milhões para 2013.

Composição

A comissão será composta pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Francisco Dornelles (PP-RJ), Paulo Davim (PV-RN), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Walter Pinheiro (PT-BA), Lídice da Mata (PSB-BA), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Agripino (DEM-RN), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Gim Argello (PTB-DF), Eduardo Amorim (PSC-SE), Kátia Abreu (PSD-TO) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Integram o colegiado 15 deputados titulares. São 28 suplentes — 14 senadores e 14 deputados.

Cristovam diz que o Brasil precisa estabelecer metas

O governo precisa estabelecer metas estratégicas para o futuro do país, afirmou ontem, em discurso, Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele disse que o Brasil não cumpre as metas de curto prazo e não possui objetivos ousados para um horizonte maior de tempo.

— Não temos metas de longo prazo nem nas coisas complexas nem nas mais simples. Não temos nenhuma meta no Brasil para erradicação do analfabetismo, coisa óbvia em

qualquer país do século 20 — criticou o senador.

Cristovam também lembrou a falta de objetivos para o atendimento médico sem fila, para a dominação de tecnologias de pesquisas espaciais e para o aumento da competitividade.

— Lamento que não se veja, nem nas lideranças, nem na população, a ideia de parar um minuto e dizer como queremos que seja o Brasil daqui a 50, 30, 20 anos. Menos do que isso já é o curto prazo — disse.



Cristovam: líderes e sociedade devem pensar o Brasil das próximas décadas

Entre as metas de curto prazo que o país não cumpre, disse Cristovam, está a do superávit fiscal, que recuou 17% no último mês — prova, segundo ele, que o governo não vem conseguindo controlar gastos.

Presidente acerta ao rebater críticas de FHC, diz Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a resposta da presidente Dilma Rousseff ao artigo em que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fala de problemas morais e econômicos



Waldemir Barrato/Agência Senado

sucedeu FHC. A presidente cita avanços do governo Lula nas áreas econômica e social e o respeito conquistado pelo Brasil no cenário internacional.

Suplicy lembrou a deixados pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na opinião do parlamentar, a resposta de Dilma, que fala de “herança bendita”, foi correta:

— A presidente Dilma foi precisa e equilibrada em suas palavras.

No texto, Dilma afirma não ter recebido o país sob intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou sob a ameaça de apagão, em referência aos problemas enfrentados no início do governo Lula, que

Suplicy lembrou a relação de respeito e cortesia que ele e a presidente sempre tiveram com Fernando Henrique. Para o senador, o diálogo entre eles deve continuar com o melhor nível possível. Suplicy citou o trecho final da nota da presidente, em que ela afirma que não reconhecer os avanços que o país obteve nos últimos dez anos é uma “tentativa menor de reescrever a história” e que o passado deve servir de lição, não de ressentimento.

Presidente do PT adota estilo de Chávez ao criticar o Supremo, afirma Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) repudiou as declarações do presidente do PT, Rui Falcão, de que “houve um golpe da oposição e da elite suja e reacionária, por intermédio da mídia e do Judiciário, para destruir o partido” — com a condenação do ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha no escândalo do mensalão.

— O presidente do PT desqualifica a suprema corte e o papel da oposição no regime democrático. Essa postura nos remete ao estilo de Hugo Chávez [presidente da Venezuela].

A declaração de Falcão foi feita no lançamento do candidato que irá substituir João Paulo Cunha na eleição para

a Prefeitura de Osasco (SP).

— Uma atitude atrevida, descabida, do presidente de um partido que está no governo e deveria ter maior responsabilidade ao fazer afirmações dessa natureza, irresponsáveis, desequilibradas, que demonstram o desatino da cúpula de um partido que lamentavelmente sujou-se no escândalo do mensalão — acrescentou Alvaro.

O senador disse que o PT e Lula “deveriam ser gratos à oposição, que, se fosse forte, teria instaurado o *impeachment* em 2005, no momento em que [o publicitário] Duda Mendonça confessou crimes na campanha eleitoral e, depois, já no exercício de Lula”.

Jorge Viana relata audiência com Dilma sobre o Acre

A presidente Dilma Rousseff se comprometeu a apoiar a conclusão da ponte sobre o rio Madeira ligando Porto Velho e Rio Branco, disse Jorge Viana (PT-AC). O senador registrou



Waldemir Barrato/Agência Senado

licitação está sendo refeita. Mas faz mais de 15 anos que estamos à espera dessa obra — afirmou.

A audiência serviu ainda, disse Jorge Viana, para que ele, o governador e Aníbal agradecessem à Dilma o comprometimento que o governo federal tem com o desenvolvimento do Acre, “com a consolidação da infraestrutura do estado, a conclusão da BR-364, o programa de água, esgoto e saneamento básico, e especialmente o Programa Cidade do Povo”.

Jorge Viana também comunicou que o líder ambientalista Chico Mendes foi incluído no *Livro dos Heróis da Pátria*.

— Dilma ligou na mesma hora para o ministro Paulo Sérgio Passos, e ele deu a explicação de que o projeto está sendo refeito, de que a

licitação está sendo refeita. Mas faz mais de 15 anos que estamos à espera dessa obra — afirmou.

A audiência serviu ainda, disse Jorge Viana, para que ele, o governador e Aníbal agradecessem à Dilma o comprometimento que o governo federal tem com o desenvolvimento do Acre, “com a consolidação da infraestrutura do estado, a conclusão da BR-364, o programa de água, esgoto e saneamento básico, e especialmente o Programa Cidade do Povo”.

Jorge Viana também comunicou que o líder ambientalista Chico Mendes foi incluído no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Escolha o meio. A gente entrega a mensagem.

Quer ficar por dentro de tudo o que acontece no Senado? A qualquer hora e em qualquer lugar? Então leia o **Jornal do Senado**. Além da versão impressa, você também pode acessar a versão na internet, seguir o Twitter e curtir o Facebook. Ou receber a *newsletter* do jornal no seu e-mail, cadastrando-se no portal de notícias do Senado. O que importa é saber de maneira clara e imparcial tudo o que as decisões dos senadores têm a ver com a sua vida. Dia após dia.

JORNAL DO SENADO

www.twitter.com/jornaldosenado
www.facebook.com/jornaldosenado
www.senado.gov.br/jornal